

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 27 Número 20

11 de março de 2019

ISSN 1068-2341

Dimensões Contextuais e os Atores de Política da Educação Alimentar e Nutricional

Júlia Graciela de Souza

Universidade Regional de Blumenau

&

Marcia Regina Selpa Heinzle

Universidade Regional de Blumenau

Brasil

Citação: Souza, J. G., & Heinzle, M. R. S. (2019). Dimensões contextuais e os atores de política da educação alimentar e nutricional. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(20).

<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.3936>

Resumo: A atuação da política, de acordo com Ball, Maguire e Braun (2016), em uma instituição de ensino, depende das dimensões contextuais: contexto situado, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos, que fazem com que a política seja interpretada, traduzida e colocada em ação. Diante desse referencial teórico, buscamos compreender as dimensões contextuais que influenciam na atuação dos atores de política em relação ao Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas em um curso de Nutrição de uma universidade do Sul do Brasil. Os dados foram gerados por meio de análise documental do Projeto Pedagógico de Curso e de entrevista semiestruturada, e analisados por meio da Análise Textual Discursiva. Os resultados revelam que as quatro dimensões contextuais investigadas influenciam na atuação da política. Apesar de a política sofrer com as restrições do contexto situado, contextos materiais e contextos externos, a atuação da política de EAN depende dos papéis assumidos pelos

atores de política, que buscam por meio de um currículo integrado e de alternativas traçadas colocar a política de EAN em cena.

Palavras-chave: políticas públicas; Teoria da Atuação; Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Contextual dimensions and policy actors of food and nutrition education

Abstract: According to Ball, Maguire and Braun (2016), the performance of politics in an institution depends on several factors, including contextual dimensions: situated contexts, professional cultures, material contexts and external contexts. These contexts impact how a policy will be interpreted, translated, and put into action. In view of this theoretical framework, we seek to understand the contextual dimensions that influence the performance of the Food and Nutrition Education (EAN) in a nutrition course of a university of Southern Brazil. A documentary analysis of the pedagogical project of course and semi-structured interview generated the data that was analyzed using the discursive textual analysis. The results reveal that the four contextual dimensions investigated influence the performance of the policy. Although the policy will suffer from the constraints of situated context, material contexts and external contexts, the performance of EAN policy depends on the roles assumed by policy actors who seek through an integrated curriculum and alternatives drawn to put EAN policy on the scene.

Keywords: public policy; Theory of Policy Enactment; Food and Nutrition Education (EAN)

Dimensiones contextuales y actores de política de la educación alimentaria y nutricional

Resumen: La actuación de la política, según Ball, Maguire y Braun (2016), en una institución de enseñanza depende de las dimensiones contextuales: contexto situado, culturas profesionales, contextos materiales y contextos externos, que hacen que la política sea interpretada, traducida y puesta en acción. A partir de este referencial teórico, buscamos comprender las dimensiones contextuales que influyen en la actuación del Marco de Referencia de la Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) para las Políticas Públicas en un curso de Nutrición de una Universidad del sur de Brasil. Los datos fueron generados por medio de análisis documental del Proyecto Pedagógico de Curso y de entrevista semiestructurada, y analizados por medio del Análisis Textual Discursivo. Los resultados revelan que las cuatro dimensiones contextuales investigadas influyen en la actuación de la política. A pesar de que la política sufre con las restricciones del contexto situado, contextos materiales y contextos externos, la actuación de la política de EAN depende de los papeles asumidos por los actores de política que buscan a través de un currículo integrado y de alternativas trazadas poner la política de EAN en escena.

Palabras-clave: política pública; Teoría de la actuación; Educación alimentaria y nutricional (EAN)

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional¹ (EAN) é uma atividade exercida pelo nutricionista em diferentes áreas de atuação profissional e visa à promoção da saúde. A EAN esteve presente na atuação do nutricionista desde o início da profissão, na década de 1930, mas “somente agora está sendo objeto de atenção nos governos na formulação das políticas públicas e também no âmbito acadêmico” (Boog, 2013, p. 264). Atualmente, várias políticas públicas e programas nacionais utilizam a EAN como instrumento de ação, destacando-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Política Nacional de Promoção da Saúde, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2012).

Diante disso, em 2012, foi publicado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas² (Marco de Referência), configurando um avanço da EAN no Brasil (Brasil, 2012). O Marco de Referência é um documento que orienta a EAN e “traduz, portanto, as singularidades e a diversidade nacional para a consecução das ações de EAN no Brasil” (Brasil, 2012, p. 6). Esse documento foi construído em diferentes etapas, por meio de um processo político que envolveu principalmente nutricionistas, pesquisadores e estudiosos da EAN, entidades não governamentais, que, juntos, discutiram, elaboraram e escreveram o Marco de Referência. O processo político e coletivo de escrita do documento iniciou em 2011 e contou com quatro encontros nacionais nos quais foi debatida a EAN em diferentes áreas e setores, como na agricultura, saúde e educação.

O Marco de Referência, portanto, é “[...] um documento que orienta conceitos, princípios e diretrizes que visam contribuir para a construção de práticas referenciadas a serem traduzidas em eixos, ações e programas de EAN mais qualificados” (Santos, 2013, p. 596). Com o objetivo de [...] promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (Brasil, 2012, p. 15).

O conceito de EAN apresentado no Marco de Referência (Brasil, 2012) traz como abordagem educacional metodologias problematizadoras e ativas, visando ao empoderamento de indivíduos que participem da EAN. O conceito é amplo e global, trazendo, nele próprio, pistas para a sua execução. De acordo com esse documento, a EAN

é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2012, p. 23).

A EAN, conforme o conceito, considera o indivíduo como um todo, respeitando o ambiente em que vive, a sua cultura alimentar e o seu comportamento e pretende melhorar os hábitos alimentares

¹ Utilizamos o termo Educação Alimentar e Nutricional e não o termo Educação Nutricional “[...] para que o escopo de ações abranja desde os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais.” (Brasil, 2012, p. 23).

² Ao longo do texto, utilizamos a forma abreviada desse documento: Marco de Referência.

por meio de uma educação dialógica e problematizadora. O Marco de Referência, como um todo, traz as discussões sobre a EAN, abrangendo, além do conceito, a história, princípios, objetivos, campos de prática e parcerias.

Para isso, o Marco de Referência vem para orientar o nutricionista e outros profissionais envolvidos com a alimentação, para preencher lacunas e consolidar a EAN, que havia ficado no esquecimento, pois se acreditava que os problemas da alimentação seriam resolvidos com a melhoria da renda da população (Boog, 1997, 2013; Santos, 2005). Conforme Boog (2013). A EAN passou por um exílio durante três décadas, dessa forma, os programas de pós-graduação valorizaram outras áreas da Nutrição, ficando a educação em saúde e, por consequência, a EAN em segundo plano. As consequências disso são percebidas nos cursos de graduação em Nutrição, nos quais, muitas vezes, não há profissionais com formação específica para ministrar disciplinas de EAN, além de não haver literatura específica e pouca produção científica sobre o assunto (Brasil, 2012; Santos, 2013; Boog, 2013).

Nesse contexto o Marco de Referência sinaliza as dificuldades a serem superadas na formação do nutricionista, tanto na graduação como na pós-graduação: insuficiência de métodos de ensino para realizar a EAN, a falta de referenciais teóricos da área de Pedagogia e Educação, bem como

[...] dificuldades em tornar a EAN “transversal” (grifo do autor) no projeto pedagógico; fragilidade nas articulações entre ensino, pesquisa e extensão; dificuldade em tornar a EAN como um eixo importante de reflexão para outras disciplinas curriculares do curso de graduação; número insuficiente de docentes com formação específica e experiência em EAN; pouca produção científica e estudos de impacto (Brasil, 2012, p. 37).

O Marco de Referência ainda questiona o currículo do Curso de Nutrição e sugere mudanças para que a EAN seja eficiente: “a estrutura curricular não responde ao contexto e desafios atuais e há necessidade de se repensar tanto esta formação específica como os projetos político-pedagógicos com base nos desafios acima apresentados” (Brasil, 2012, p.38). Franco e Boog (2007, p.645) afirmam que se deve “analisar as condições em que se dá a formação do nutricionista como educador”. Boog (2013, p.102) salienta que “apenas a formação técnica de nutricionista, tal como está sendo realizada hoje, não habilita o profissional como educador ou professor, funções que demandam conhecimentos da área de ciências humanas”. Diante desses apontamentos, cabe investigar as mudanças ocorridas nos últimos anos e a formação atual dos estudantes de Nutrição.

A fim de encontrarmos respostas, traçamos como objetivo da pesquisa ora relatada compreender as dimensões contextuais que influenciam na atuação dos atores de política em relação ao Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas em um curso de Nutrição de uma universidade do Sul do Brasil.

Tendo em vista a consolidação da EAN nos últimos anos e a publicação do Marco de Referência (2012), interessou-nos investigar a atuação da política de EAN na formação do nutricionista por meio do currículo de um curso de Nutrição. Os dados foram gerados por meio de análise documental do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Nutrição e de entrevista semiestruturada com quatro atores de política: duas coordenadoras e duas docentes do Curso de Nutrição.

Para análise, utilizamos a Teoria da Atuação de Ball, Maguire e Braun (2016). Na seção a seguir, abordamos a concepção de política a partir desse referencial teórico utilizado na pesquisa. Reconhecemos que a Teoria da Atuação é uma abordagem metodológica recente, porém ressaltamos trabalhos que utilizaram esta teoria em pesquisas sobre política realizadas no Brasil: Pereira (2017) pesquisou sobre as recontextualizações do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI); Alferes

(2017) analisou a construção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; Pavezi (2018) investigou as políticas de Educação Especial no contexto da prática; Joslin (2018) averiguou a política de inclusão de alunos com necessidades especiais na educação básica. Destacamos ainda artigos de Mainardes (2017, 2018a, 2018b) que abordam a Teoria da Atuação.

Teoria da Atuação: Dimensões Contextuais e os Atores de Política

Ao aprofundarmos nossa leitura nos textos de Ball (2006) e Ball, Maguire e Braun (2016), passamos a compreender que a construção de uma política é algo complexo, envolve inúmeros processos e que, ao ser colocada em ação, passará por um processo de *atuação* que dependerá dos *atores* envolvidos e das *dimensões contextuais*.

Conforme Ball, Maguire e Braun (2016), as políticas não são implementadas, mas sim encenadas e colocadas em ação, o que é englobado pelo termo *atuação*, traduzido originalmente da palavra inglesa “*enactment*”³. A implementação “sugere um processo linear pelo qual elas [as políticas] se movimentam em direção à prática de maneira direta” (Mainardes & Marcondes, 2009, p. 305). Já “Atuações são sempre mais do que apenas a implementação, elas reúnem dinâmicas contextuais, históricas e psicossociais em uma relação com os textos e os imperativos para produzir ação e atividades que são políticas” (Ball, Maguire & Braun, 2016, p. 103).

Em outras palavras, a política surge de forma textual e, para ser colocada em prática, precisa de ação, ou seja, do *ator*. “A pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer.” (Mainardes & Marcondes, 2009, p. 305).

Ainda de acordo com Ball (2006), podemos entender a *atuação da política* a partir de duas concepções que se contrastam. Na primeira concepção, considera-se que as políticas são “claras, abstratas e fixas” e “são ou devem ser realizadas da mesma maneira em todos os lugares” (Ball, 2006, p. 20). Na segunda, as políticas são encaradas como “desatualizadas, incompletas, incoerentes e instáveis” e que, diante das “condições, recursos, histórias e compromissos locais serão diferentes e que a realização da política vai, por isso, diferir” (Ball, 2006, p. 20). Nesse sentido, Ball (2006) defende a segunda concepção e trabalha com ela e é esta a que adotamos em nossa pesquisa.

Para Ball (2006), Mainardes e Marcondes (2009) e Ball, Maguire e Braun (2016), a *atuação da política* acontecerá de diferentes formas, dependendo do *contexto* no qual estão inseridas e dos *atores* envolvidos com a política. Ball explica que a *atuação da política*,

É um processo social e pessoal, mas é também um processo material, na medida em que as políticas têm de ser “representadas” em contextos materiais. Se você tem uma escola com muitos recursos e muito dinheiro, professores muito experientes, alunos muito cooperativos, a “atuação” (grifo do autor) torna-se um pouco mais fácil do que na situação em que temos alunos com enormes dificuldades de aprendizagem, poucos recursos, instalações precárias, professores muito inexperientes (Mainardes & Marcondes, 2009, p. 305).

Os autores ainda destacam que “a prática é composta de muito mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais” (Mainardes & Marcondes, 2009, p. 305), dos quais os *atores de política* trazem a sua história e a sua cultura para a *atuação da política*.

Geralmente, as políticas “não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas

³ Destacamos que a tradução literal da palavra “*enactment*” tem um significado diferente. “Os autores utilizam no sentido teatral, referindo-se à noção de que o ator possui um texto que pode ser apresentado/representado de diferentes formas” (BALL et al., 2016, p. 12).

particulares ou efeitos são estabelecidos” (Ball, 2006, p. 26). As políticas exigem uma resposta e “uma resposta ainda precisa ser construída no contexto, contraposta ou balanceada por outras expectativas. Tudo isso envolve algum tipo de ação social criativa” (Ball, 2006, p. 26).

Para criar uma resposta, as políticas são interpretadas e traduzidas pelos *atores* da política. “A *interpretação* é um compromisso com as linguagens da política, ao passo que a tradução está mais próxima da linguagem da prática. A *tradução* (grifo do autor) é uma espécie de terceiro espaço entre teoria e prática” (Ball et al., 2016, p. 69). Os autores complementam: “a interpretação é sobre a estratégia e a atuação é sobre a tática, mas elas também são, por vezes, intimamente entrelaçadas e sobrepostas.” (Ball et al., 2016, p.72). Nesse processo de interpretação e tradução, as políticas são encenadas, no sentido de colocar-se em cena, para que aconteça a *atuação da política*.

As atuações das políticas dentro de tudo isso varia da interpretação à tradução, à prática e ao desempenho. Elas ocorrem em muitos momentos, em vários locais, em diversas formas, em muitas combinações e interações. Atuações são coletivas, criativas e limitadas e são feitas de malabarismos instável entre as prioridades inconciliáveis, cargas de trabalho impossíveis, movimentos [...] e entusiasmos pessoais (Ball et al., 2016, p. 103).

As políticas não trazem soluções aos problemas, “[...] políticas colocam problemas para seus sujeitos, problemas que precisam ser resolvidos no contexto” (Ball, 2006, p. 26) e cada *contexto*, cada instituição, buscará uma solução para o problema de acordo com as características das suas *dimensões contextuais*.

Conforme Ball, Maguire e Braun (2016), a *atuação da política* dependerá de *contextos* interligados que podem influenciar como restrição, pressão e facilitação. Os *contextos* podem se assemelhar, porém cada instituição de ensino tem características próprias que farão com que a *atuação da política* tenha particularidades.

Os autores defendem que os *contextos* são frequentemente deixados de lado, porém devem ser analisados. Nas palavras dos autores, “o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor atuações das políticas no âmbito institucional” (Ball et al., 2016, p.37).

Para auxiliar na análise dos *contextos*, os autores definiram e criaram uma tipologia “que confronta e mapeia sistematicamente diferentes aspectos do contexto. Sob os títulos de contextos situados, culturas profissionais, materiais e contextos externos, examinaremos o papel do contexto na formação da atuação das políticas” (Ball et al., 2016, p.35).

Apresentamos na próxima seção os conceitos dos contextos situados, culturas profissionais, materiais e contextos externos, relacionando-os com as questões metodológicas da pesquisa ora relatada.

Abordagem Metodológica e Analítica: Dimensões Contextuais

A pesquisa de abordagem qualitativa se preocupa com os processos, com os porquês e como as políticas são recontextualizadas. Inspirados pelo estudo de Ball, Maguire e Braun (2016, p.18), exploramos como a política é colocada em cena, como acontece a *atuação da política* de EAN em “diferentes mas semelhantes configurações, cujos recursos locais, atuação e humanos, e conjunto difusos de discursos e de valores são utilizados em um processo complexo e híbrido de atuação”.

Nesse sentido, Ball, Maguire e Braun (2016) apresentam quatro *dimensões contextuais* com aspectos que podem influenciar, pressionar, restringir e/ou facilitar a *atuação da política*. Essas *dimensões contextuais* estão interligadas. Entretanto, para melhor compreensão, apresentamos cada uma delas de forma separada.

O *contexto situado* engloba fatores históricos e relacionados à instituição, valores e filosofia institucionais e características próprias que são influenciadas por aspectos locais (Ball; Maguire; Braun, 2016). Entendemos que o *contexto situado* no cenário investigado dessa pesquisa compreende, além dos fatores mencionados, as características curriculares na formação dos profissionais.

As *culturas profissionais*, conforme Ball, Maguire e Braun (2016), remetem aos *atores de política*, que são aqueles que estão envolvidos diretamente com a política no dia a dia, por meio da sua atuação profissional. O *ator* pode divergir da política ou aceitá-la, isso dependerá do seu *ethos*, de seus valores e de sua *cultura profissional*; cada *ator* interpreta a política a partir de “suas próprias experiências, seus ceticismos, e suas críticas” (Ball et al., 2016, p. 30), fazendo a leitura da política a partir de suas posições de identidade e subjetividade. De modo que interpretam e traduzem as políticas de diferentes formas, assumem diferentes *papéis* ou posições de política e exercem diferentes trabalhos. Considerando essas características, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos na *atuação da política* de EAN do curso de Nutrição de uma instituição de ensino superior (IES).

O *contexto material* se refere a tudo que é físico em uma instituição, como edifícios e orçamento, quantidade e qualidade de equipamentos (Ball et al., 2016), que podem contribuir para a execução da política ou impossibilitá-la. O *contexto material* está ainda ligado a questões financeiras que vão desde orçamentos a número de funcionários ou salário de professores, podendo influenciar na contratação de docentes, assim como em outros aspectos da dinâmica pedagógica. Diante da definição desse contexto material e reconhecendo que esse contexto pode influenciar na atuação da política, buscamos verificar como ele interfere no desenvolvimento das Unidades de Aprendizagem (UA) relacionadas à EAN.

Em relação ao *contexto externo*, os autores Ball, Maguire e Braun (2016, p. 57), ao investigarem escolas inglesas, definiram os *contextos externos* como: “pressões e expectativas geradas pelos quadros de políticas locais e nacionais mais amplas” como a classificação da escola em *rankings* de qualidade de ensino. Os autores entendem que a pressão externa da comunidade para que a escola seja classificada como boa faz com que o cenário seja positivo ou não para a *atuação de políticas*. No *contexto* da universidade brasileira, também há lugar dos *rankings* nas Políticas de Educação Superior, todavia, no cenário investigado, há outros fatores externos que influenciam diretamente na atuação da política. Assim, definimos como *contextos externos*, as parcerias que o curso de Nutrição e a universidade realizam com outras instituições para o desenvolvimento de políticas de saúde, que, neste estudo, envolvem a EAN.

Assim, em acordo com o objetivo da pesquisa, buscamos investigar a *atuação da política* de EAN na formação do nutricionista.

A escolha do Curso de Nutrição se deu inicialmente com dois critérios de inclusão: ser uma universidade vinculada à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE); e ser um curso de Nutrição que ofertasse em seu currículo a disciplina de EAN. Com a identificação dos cursos de Nutrição, foi realizada uma análise preliminar dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Nutrição com a intenção de reconhecer uma singularidade sobre a EAN e o Marco de Referência. Assim, identificamos que apenas um curso de Nutrição fazia referência ao Marco de Referência. Dessa forma, a pesquisa foi realizada em uma universidade de Santa Catarina, Brasil, e os seus respectivos câmpus que oferecem o curso de Nutrição.

Como instrumento para geração de dados, optamos por: a) analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Nutrição, para conhecermos melhor a proposta pedagógica e curricular do curso, identificando fatores relacionados à *atuação da política* de EAN; b) entrevistar os *atores* envolvidos na *atuação da política* de EAN na instituição. Optamos por realizar entrevista semiestruturada, em que o entrevistador determina as perguntas *a priori*, podendo fazer outras perguntas, caso seja necessário,

para atingir o objetivo (Lakatos & Marconi, 2003). As perguntas realizadas tiveram como base as *dimensões contextuais* definidas por Ball, Maguire e Braun (2016).

Os entrevistados foram “aqueles com alguma responsabilidade e que eram/são legalmente responsáveis pela atuação de políticas específicas que identificamos para o estudo” (Ball et al., 2016, p. 29). Denominamos os entrevistados como *atores de política*, considerando a definição de Ball, Maguire e Braun (2016). Como atores de política, participaram da pesquisa duas coordenadoras do curso de Nutrição e duas docentes das disciplinas: Educação Alimentar e Nutricional e Instrumentos de Educação Alimentar e Nutricional. Percebemos que em cada câmpus, a mesma docente leciona as duas disciplinas. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da universidade à qual as autoras estão vinculadas e aprovada sob o parecer número 2.133.615/2017. Nesse sentido, optamos por preservar a identidade dos *atores de pesquisa* entrevistados e o nome da instituição. Dessa forma, os *atores de política* participantes da pesquisa são apresentados como: C1 e C2 para coordenadoras do curso de Nutrição e D1 e D2 para docentes.

Foram escolhidos esses *atores* uma vez que os consideramos os mais envolvidos com a *atuação da política* de EAN. Os *atores de política* se dedicam à IES entre 20 a 44 horas semanais. Essa carga horária varia para cada semestre.

Para analisar os achados da pesquisa, optamos por realizar a Análise Textual Discursiva, por ser um método de análise de dados de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos a partir da interpretação, abrangendo a análise de discurso e a análise de conteúdo.

Após a geração de dados e a definição do *corpus* da pesquisa, iniciou-se o processo analítico que desconstrói e reconstrói os textos para que sejam produzidos “[...] novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados” (Moraes & Galiuzzi, 2011, p. 112). A Análise Textual Discursiva “envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando neles, descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído” (Moraes & Galiuzzi, 2011, p. 112). Essa análise tem como produto final um metatexto “que organiza e apresenta as principais interpretações e compreensões construídas a partir do conjunto de textos submetidos à análise” (Moraes & Galiuzzi, 2011, p. 30).

Por meio dos instrumentos de geração de dados, análise do documento PPC e da entrevista semiestruturada com os *atores de política*, obtivemos o *corpus* da pesquisa e, partir disso, buscamos analisar como se dá a *atuação da política* nas quatro dimensões contextuais. A seguir apresentamos a análise.

Análise dos Dados

Para este artigo, apresentamos a análise dos dados a partir da tipologia dos contextos da atuação da política, compreendida por Ball, Maguire e Braun (2016). Realizamos, portanto, a análise considerando o contexto situado, as culturas profissionais, os contextos materiais e os contextos externos, cada qual com seu objetivo e procedimentos metodológicos.

Contexto Situado: Identidade e Percursos Curriculares

Nesse contexto, apresentamos a abordagem curricular da EAN no curso de Nutrição investigado, buscando aproximações com o Marco de Referência (Brasil, 2012). De acordo com Ball, Maguire e Braun (2016, p. 19), “algumas políticas são formuladas ‘acima’ (grifo do autor) e outras são produzidas nas escolas ou pelas autoridades locais”, assim, entendemos a política de EAN como a política formulada *acima* e o PPC de Nutrição como a política *produzida* na universidade. Os autores

ainda afirmam que “[...] colocar as políticas em prática é um processo criativo, sofisticado e complexo” (Ball et al., 2016, p. 21).

Conforme Motta, Oliveira e Boog (2003, p. 81) o “currículo deve levar em conta, ainda, o pluralismo e a diversidade cultural e histórica locais e globais, buscando a sua compreensão, interpretação, preservação e difusão.” Ou seja, considerar o *contexto situado* em sua elaboração. Salientamos que a EAN, por ser uma atividade privativa do nutricionista e por constar nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Nutrição (Brasil, 2001), faz-se presente na matriz curricular dos cursos de Nutrição, sendo por meio de disciplina específica ou integrando outras disciplinas (Boog, 2011). Destacamos, entretanto, que a publicação do Marco de Referência representa uma nova abordagem da EAN.

Segundo Boog (2011), “o crescimento das políticas e programas na área de educação alimentar e nutricional está exigindo e, provavelmente, exigirá mais do nutricionista nesse sentido, e o projeto pedagógico deverá trabalhar essa questão também transversalmente, e não só na disciplina” (Boog, 2011, p. 82). Essa transversalidade deve acontecer ao longo de todo o percurso formativo do estudante de Nutrição e, para tanto, é preciso que o PPC esteja voltado para isso, bem como os docentes preparados para atuar dessa forma.

O Marco de Referência aponta como um dos desafios na formação do nutricionista superar as “[...] dificuldades em tornar a EAN ‘transversal’ (grifo do autor) no projeto pedagógico; fragilidade nas articulações entre ensino, pesquisa e extensão; dificuldade em tornar a EAN como um eixo importante de reflexão para outras disciplinas curriculares do curso de graduação” (Brasil, 2012, p. 38).

No PPC de Nutrição ora analisado, existe a proposta de um currículo integrado, no qual as disciplinas são denominadas de Unidades de Aprendizagem e são agrupadas por áreas temáticas denominadas de Certificação. Cada Certificação busca articular competências e habilidades a serem adquiridas em torno de uma temática.

Ao observarmos a EAN nesse currículo de Nutrição, notamos que ela integra a Certificação Cultura e educação alimentar e nutricional. Esta Certificação contempla três Unidades de Aprendizagem, a saber: Cultura alimentar (carga horária; 30 horas); Educação Alimentar e Nutricional (carga horária: 30 horas); Instrumentos de Educação Alimentar e Nutricional (carga horária: 30 horas). Além disso, a EAN está presente em outras certificações, visto que o currículo integrado permite uma transversalidade de conteúdos e uma abordagem interdisciplinar.

As demais Certificações em que se constata a EAN são três e correspondem às Certificações que contemplam estágios curriculares obrigatórios, no qual a EAN além de conteúdo, é uma das habilidades a serem desenvolvidas. Segundo os *atores de política*, nos estágios, os estudantes devem planejar e executar programas de EAN.

Em pesquisa realizada sobre a disciplina de Educação Nutricional nas IES do estado de São Paulo, Franco (2006) aponta que os docentes entrevistados citaram diversas possibilidades de integração entre a disciplina de Educação Nutricional com outras disciplinas do curso de Nutrição. A pesquisadora, todavia, observou que a integração acontecia, em sua maioria, nos estágios curriculares, o que também constatamos na nossa pesquisa.

Além disso, notamos que cada Certificação que contempla cada Estágio traz nomenclaturas diferentes para a EAN, como Educação em Saúde, Orientação Nutricional e Educação Nutricional, podendo ser ressignificação da política de EAN, ou ainda, uma desatualização do currículo ou dos docentes responsáveis por estas certificações.

Ressaltamos ainda que não foram identificados projetos de pesquisa e extensão envolvendo a EAN. Podemos inferir que o curso de Nutrição possui um PPC inovador do ponto de vista curricular e que o curso de Nutrição busca superar o desafio de tornar a EAN transversal no currículo, conforme a proposta do Marco de Referência.

Para Boog (2013, p. 103), a “formação interdisciplinar é um pré-requisito para se poder transitar com segurança entre diferentes campos de conhecimento”. Destacamos que isso parece ser percebido pelos *atores de política*, pois reconhecem a dificuldade de abordar a EAN de forma transversal no currículo e buscam mudar a sua atuação profissional docente para que isso aconteça. Para além disso, o PPC de Nutrição traz evidências da valorização da Cultura Alimentar ao apresentá-la como conteúdo e habilidades a serem adquiridas pelos acadêmicos, bem como ao trazer uma Unidade de Aprendizagem específica sobre o tema. Destacamos que o Marco de Referência defende amplamente a Cultura Alimentar trazendo-a como ponto de partida para a EAN.

Culturas Profissionais: O Papel dos Atores de Política

Procuramos reconhecer a *cultura* e as histórias dos *atores de política*, para compreender o *papel dos atores* e a constituição de seus discursos, bem como a experiência profissional, buscando relacionar essas características com a *atuação da política* que fazem (Ball et al., 2016).

A *cultura profissional* dos *atores de política* exerce papel fundamental na *atuação da política*, pois os docentes participantes dessa pesquisa se apresentam como importantes *atores de políticas*, de modo que interpretam e traduzem as políticas de diferentes formas, assumem diferentes *papéis* ou posições de política e exercem diferentes trabalhos.

Esses *atores* estão envolvidos diretamente com a política no dia a dia, por meio da sua atuação profissional. O ator pode divergir da política ou aceitá-la, isso dependerá de sua *cultura profissional*, uma vez que cada *ator* interpreta a política a partir de “suas próprias experiências, seus ceticismos, e suas críticas” (Ball et al., 2016, p. 30), fazendo a leitura da política a partir de suas posições de identidade e subjetividade.

Cada *ator de política* assume o *papel e posições de atuação da política* que se combinam para fazer a política acontecer (Ball et al., 2016). Ao questionarmos na entrevista “Qual é o seu papel na atuação da política de EAN?”, as coordenadoras associaram ao próprio *papel* de coordenadora, afirmando que buscam integrar as UA por meio da EAN e possibilitar que os acadêmicos de Nutrição tenham acesso a ações práticas de EAN. Esse *papel* é definido pela C1 como de articuladora, no qual ela busca por meio do PPC de Nutrição inserir as Políticas de Alimentação e Nutrição.

Já as docentes afirmam que o seu *papel* é tanto trabalhar o conhecimento sobre a EAN, como utilizar o próprio documento Marco de Referência (Brasil, 2012) nas aulas que ministram. Ambas as docentes exploram o documento Marco de Referência, usando diferentes estratégias metodológicas, entre seminários e leitura de artigos que abordam a temática. Verificamos o exposto na resposta de D2: “Eu acho que é estar informando e replicando os objetivos, os conceitos e os princípios do Marco”. Ou seja, a docente entende que durante as aulas deve mostrar e explorar o documento, na forma de replicar as informações para que os estudantes entendam e interpretem as informações. A mesma docente aponta: “Eu acho uma oportunidade ótima de estar trabalhando, mostrando as possibilidades que existem ao longo do curso para fazer [EAN].” (D2). Percebemos que cada *ator de política* assume um *papel*. De acordo com Ball, Maguire e Braun (2016, p. 46), os “atores de política estão sempre posicionados; como as políticas são vistas e compreendidas é dependente de ‘onde’ (grifo do autor) figurativa e literalmente estamos”.

Dentro da atuação, esses profissionais assumiram *papéis* e estes dependem diretamente da posição em que estão. As coordenadoras estão em posição de gestão, de organização do curso como um todo, possuem visão financeira, burocrática, pedagógica e articulam a proposta a uma formação integral do estudante. Já as docentes estão empenhadas em trabalhar o conhecimento de suas UA, dando maior ênfase à política de EAN, buscando, junto ao colegiado de curso, a valorização da UA e defendendo a importância da mesma. O *papel* que coordenadoras e docentes possuem em comum se apresenta também como um desafio: tornar a EAN transversal no currículo, integrando outras

UA, conforme sugerem pesquisadores da área (Boog, 1997, 1999, 2011, 2013; Santos, 2005, 2012, 2013).

Contextos Materiais e Contextos Externos: Restrições e Facilidades da Atuação da política

Exploramos conjuntamente duas *dimensões contextuais: contextos materiais e contextos externos*. Para Ball, Maguire e Braun (2016, p. 54), a *atuação da política* depende dos *contextos materiais*. “Além da estrutura e layout dos edifícios, as formas que as escolas são equipadas internamente impactam nas atividades de ensino e aprendizagem e, portanto, nas atuações de políticas”. Diante disso, buscamos, na entrevista, conhecer quais fatores *materiais* pudessem facilitar, restringir ou pressionar para que a EAN acontecesse na IES investigada.

Além disso, relacionamos as parcerias aos *contextos externos* do curso de Nutrição da universidade investigada, visto que, conforme os *atores de política*, as atividades práticas e as realizadas nos estágios supervisionados dependem de outros espaços, ambientes e parcerias, como as realizadas com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e hospitais. Identificamos que a *atuação da política* de EAN no curso de Nutrição investigado, em ambos os câmpus, possui alguns entraves que restringem a sua execução. Utilizamos a palavra restrição com o sentido atribuído por Ball, Maguire e Braun (2016). Destacamos que os *atores de política*, entrevistados na pesquisa, ao trazerem as principais restrições, também buscaram alternativas e soluções para superá-las.

A primeira restrição apontada está relacionada ao turno noturno do curso de Nutrição. Conforme aponta C2, a maioria dos estudantes trabalha durante o dia e, por isso, opta pelo curso noturno, dificultando a realização de atividades no período diurno. C1 ainda atribui ao turno a dificuldade para desenvolver atividades práticas, visto que a maioria dos locais funciona durante o dia, como unidades de saúde e escolas.

Assim, constatamos que, mesmo o curso sendo ofertado no período noturno, algumas atividades precisam ser desenvolvidas no período diurno, porém os estudantes apresentam dificuldades para participar. Segundo a coordenadora C1, o curso de Nutrição fornece uma declaração da atividade, mas isso não garante a participação efetiva do estudante, pois os acadêmicos, algumas vezes, não conseguem a dispensa do trabalho.

Em consonância com o exposto, o turno restringe a prática da EAN e de outras práticas inerentes à profissão do nutricionista. A mesma dificuldade da efetivação de atividades práticas, devido ao curso ser noturno, foi citada por docentes entrevistados por Franco (2006).

Observamos, no entanto, que o corpo docente busca ultrapassar essa barreira e facilitar o contato dos acadêmicos com diferentes meios de atuação profissional, evitando que isso ocorra apenas nos estágios. A coordenadora C1 traçou como estratégia buscar locais mais próximos à universidade, bem como, locais que estejam abertos no turno noturno. Já C2 procura agendar a atividade com antecedência, permitindo que o estudante busque alternativas, como dispensa no emprego, para poder participar.

Mesmo os docentes traçando alternativas para que os estudantes realizem as atividades, pode acontecer de o estudante não participar, visto que são realizadas no contraturno, no qual não pode haver a obrigação da participação. A falta de participação do estudante, contudo, prejudica o seu aprendizado, pois ele fará a relação da teoria com a prática a partir dos relatos dos colegas que participaram da atividade.

Diante do exposto, identificamos que os *atores de política* elaboram situações práticas ao longo do curso e buscam alternativas para proporcionar a participação dos acadêmicos, fazendo com que estes realizem atividades de EAN em ambientes reais.

A segunda restrição é a carga horária de 30h das Unidades de Aprendizagem. Conforme D1, as limitações do tempo impedem que sejam realizadas mais atividades externas e que estas tenham uma continuidade e se tornem projetos de EAN e não apenas atividades pontuais. A EAN exige um acompanhamento e uma avaliação de cada atividade ou programa desenvolvido e ainda “[...] a EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação” (Brasil, 2012, p. 32). A restrição quanto à carga horária impede que os estudantes avaliem se a atividade de EAN realizada atingiu o objetivo proposto: “Então essa avaliação do depois é o acompanhamento, então existe a necessidade de retornar nessas comunidades e acompanhar para ver se realmente surtiu efeito, ou reaplicar uma intervenção. Para ver se as coisas realmente estão evoluindo” (D1).

Outra restrição apontada pelos *atores de política* é sobre os espaços externos à universidade. C1 relata que há espaços disponíveis para receber os estudantes, porém não comportam a necessidade do curso de Nutrição, no qual os espaços podem receber um número pequeno e limitado de acadêmicos. Há ainda espaços que estabelecem uma parceria com o curso de Nutrição, mas não se comprometem e, por fim, desmarcam ações dos projetos ou os interrompem, impedindo que os acadêmicos executem a EAN.

A carência de espaço e abertura de locais para a realização de práticas de EAN parece ser suprida nos estágios supervisionados, nos quais, conforme os *atores de política*, os estudantes conseguem realizar mais atividades de EAN, tanto pelo acesso aos locais, quanto por ser realizado no turno diurno.

Para que a EAN aconteça na prática em atividades das Unidades de Aprendizagem que abordam a EAN e nos estágios, é essencial que o curso de Nutrição estabeleça parcerias com diferentes locais, proporcionando aos acadêmicos o contato com diferentes espaços, pessoas e grupos reais, para que, assim, ampliem a relação da teoria com a prática. Essas parcerias, conforme apontam os *atores de política*, potencializam o contato dos acadêmicos com a realidade, auxiliando na formação e contribuindo para que a EAN chegue a diferentes comunidades e públicos. Os *atores de política* citaram diferentes instituições parceiras, como Prefeituras Municipais, hospitais, unidades de saúde e escolas.

Quanto a aspectos materiais, ambos os câmpus dispõem de espaços constituídos de materiais de EAN construídos pelos estudantes e de materiais educativos adquiridos pelo curso de Nutrição e a universidade. Conforme relatam os *atores de política*, esses materiais são disponibilizados aos acadêmicos e docentes para que os utilizem ao realizarem EAN, tanto nos estágios quanto em atividades pontuais. Esses materiais facilitam o desenvolvimento e a aplicação da EAN.

Metatexto

Conforme a *Teoria da Atuação*, uma política, para ser encenada, colocada em prática pelos atores de política, depende de quatro dimensões: *contexto situado*, *culturas profissionais*, *contextos materiais* e *contextos externos*. Estas por sua vez estão interligadas, dependendo umas das outras e influenciando-se mutuamente.

Voltamos ao objetivo geral da pesquisa: compreender as dimensões contextuais que influenciam na atuação dos atores de política em relação ao Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas em um curso de Nutrição de uma universidade do Sul do Brasil. Podemos perceber que as quatro *dimensões contextuais* investigadas influenciam de fato na *atuação da política*. Parece-nos que Ball, Maguire e Braun (2016), em sua pesquisa no Reino Unido, deram pesos iguais a cada dimensão, assim os *atores de política*, apresentados nas *culturas profissionais*, configuram-se como reféns das outras dimensões.

Em nossa pesquisa, percebemos que a *atuação da política*, apesar de sofrer com as restrições do *contexto situado*, *contextos materiais* e *contextos externos*, depende fortemente da *cultura profissional* dos *atores de política*. A *atuação da política* depende inteiramente do *papel* que os *atores assumem* e da ressignificação que fazem da mesma. Os *atores de política*, ao reconhecerem as restrições originadas pelas outras *dimensões*, buscam alternativas para que a política seja colocada em cena.

Os *atores de política* tiveram a sua formação profissional inicial em períodos em que se valorizavam o tecnicismo e a educação tradicional, caracterizando uma Educação Nutricional que visava à transmissão de informações alimentares e nutricionais por meio de técnicas. Atualmente, a EAN visa ao empoderamento do indivíduo quanto às suas escolhas alimentares, respeitando os seus hábitos e culturas alimentares. Dessa forma, os *atores de política* tiveram que ressignificar, além da política de EAN, seus conhecimentos de EAN e inovar suas práticas pedagógicas. Ainda que timidamente, os *atores de política* investigados estão rompendo uma formação profissional tradicional que desvalorizava a EAN. Os *atores de política* procuram traduzir o que está preconizado no Marco de Referência, interpretando-o como uma proposta de educação dialógica, problematizadora, que valoriza a cultura e os hábitos alimentares. Percebemos nesse estudo que os *atores de política* têm muitos *papéis* para assumirem no fortalecimento da EAN a fim de contribuir para a formação dos acadêmicos de Nutrição.

Em síntese, compreendemos que a *atuação da política* de EAN acontece principalmente na Certificação Cultura e educação alimentar e nutricional, e nas três certificações que correspondem aos Estágios Supervisionados. Nessas certificações, os acadêmicos de Nutrição, além de estudarem o documento Marco de Referência por meio de debates, seminários e pesquisas, também relacionam a teoria com a prática por meio de projetos de EAN. Esses projetos, quando possível, envolvem as etapas apresentadas pelo Marco de Referência: planejamento, avaliação e monitoramento.

A partir das compreensões trazidas pela pesquisa, identificamos que, por meio da estruturação do currículo integrado e da compreensão dos docentes sobre o papel na formação integral do nutricionista, baseado na valorização da formação humana, podemos avançar na *atuação da política* de EAN. Nesse sentido, faz-se necessário que os futuros profissionais nutricionistas compreendam a importância da EAN. A sociedade brasileira precisa da promoção da saúde realizada pela EAN e, por isso, essa política merece estar no centro da formação do nutricionista e em debates sobre alimentação e saúde.

Referências

- Alferes, M. A. (2017). *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Uma análise contextual da produção da política e dos processos de recontextualização*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Ball, S. (2006). Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: Uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, 6(2), 10-32.
- Ball, S. Maguire, M., & Braun, A. (2016) *Como as escolas fazem política: atuação em escolas secundárias*. (Trad. J. Bridon). Ponta Grossa: Editora UEPG.
- Boog, M. C. F. (2011). Educação Nutricional como Disciplina Acadêmica. In R. W. Diez-Garcia (Org.), *Mudanças Alimentares e Educação Nutricional* (pp. 74-86). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Boog, M. C. F. (1999). Educação nutricional em serviços públicos de saúde. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 15, 139-147.
<http://www.scielo.org/pdf/csp/v15s2/1295.pdf>

- Boog, M. C. F. (2013). *Educação em Nutrição: Integrando experiências*. Campinas: Komedi.
- Boog, M. C. F. (1997). Educação Nutricional: Passado, presente, futuro. *Revista de Nutrição*. Campinas, 1(10), 5-19.
https://www.faculdadeguararapes.edu.br/site/hotsites/biblioteca/educacaonutricional_passado-presente-futuro59500.pdf
- Brasil. Ministério da Educação. (2001). Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES N° 5. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Nutrição*. Diário Oficial da União. Seção 1, 39.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília: DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf
- Franco, A. C. (2006). *Educação nutricional na formação do nutricionista: Bases teóricas e relação teoria-prática*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000386044&fd=y>
- Franco, A. C., & Boog, M. C. F. (2007). Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. *Revista de Nutrição*. Campinas, 20(6), 643-655.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000600007&lng=en
- Joslin, M. A. (2018). *Políticas públicas de Educação Especial e a perspectiva inclusiva: O impacto em escolas da Rede Municipal de ensino de Ponta Grossa – PR*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Mainardes, J. (2017). A pesquisa sobre política educacional no Brasil: Análise de aspectos teórico-epistemológicos. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, 33, 1- 25.
- Mainardes, J. (2018a). A abordagem do ciclo de políticas: Explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*. Curitiba, 12(16), 1-19.
- Mainardes, J. (2018b). A pesquisa no campo da política educacional: Perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 23, 1-20.
- Mainardes, J., & Marcondes, M. I. (2009). Entrevista com Stephen J. Ball: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, 30(16), 303-318.
- Motta, D. G. & Oliveira, M. R. M., & Boog, M. C. F. (2003). A formação universitária em nutrição. *Revista Pro-posições*. Campinas, 14(40), 69-85.
- Moraes, R., & Galiazzi, M. C. (2011). *Análise textual discursiva*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ.
- Pavezi, M. (2018). Contribuições da teoria da atuação: Análise a partir de uma pesquisa sobre políticas de Educação Especial no contexto da prática. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos En Política Educativa*. Ponta Grossa, 3, 1-19.
- Pereira, R. I. (2017). *Redesenho curricular no Programa Ensino Médio Inovador: Recontextualizações da política*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional de Blumenau.
- Santos, L. A. S. (2013). Avanços e desdobramentos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. *Revista de Nutrição*. Campinas, 26(5), 595-600.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732013000500010
- Santos, L. A. S. (2005). Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição*. Campinas, 18(5), 681-692.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=en&nrm=iso

Santos, L. A. S. (2012). O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 2(17), 453-462.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200018

Sobre as Autoras

Júlia Graciela de Souza

Universidade Regional de Blumenau - FURB

nutricionista@juliagraciela.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-5125-9122>

Mestre em Educação - FURB

Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior - GEPES/FURB

Especialista em Nutrição Materno Infantil - AVM Educacional

Graduada em Nutrição - FAMEBLU.

Marcia Regina Selpa Heinzle

Universidade Regional de Blumenau - FURB

selpamarcia@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-2299-8065>

Professora do Departamento de Educação e Programa de Pós graduação - Mestrado em Educação - PPGE

Doutorado em Educação - UNICAMP

Mestrado em Educação - FURB

Graduação em Pedagogia.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 27 Número 20

11 de março 2019

ISSN 1068-2341



O Copyright e retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, QUALIS A1 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch**, **Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin** (Universidad de San Andrés), **María Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de
Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro

Universidad
Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la
Evaluación de la Educación,
México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma
de México

Marco Antonio Delgado

Fuentes Universidad
Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,

México

Pedro Flores Crespo

Universidad
Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y
Sociedad (CEDES) CONICET,
Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca,
España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones
sobre la Universidad y la
Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier

Tellez, Universidad Pedagógica
Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de
Granada, España

Mónica Pini

Universidad
Nacional de San Martín,
Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación
Educativa y el Desarrollo
Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de
Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de
Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán

Instituto
de Investigaciones sobre la
Universidad y la Educación,
UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo,
España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña,
España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana,
México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana,
México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales
Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de
Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés,
Argentina

Juan Carlos Yáñez Velasco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada

Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University

Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia

David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University
of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolle
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University